

(Senado reabre dando autonomia para Santos)

O líder do Governo no Senado, Aloysio Chaves (PA), começará amanhã o segundo semestre legislativo com uma grave questão a resolver: o primeiro item da Ordem do Dia do Senado é o projeto devolvendo a autonomia de Santos. São Paulo, já aprovado pela Câmara. Em junho ele comunicou ao líder do PMDB que rejeitaria o projeto, mas as informações, extra-oficiais, são de que o Governo mudará de posição para atender às exigências do PTB.

Espera o líder Aloysio Chaves, que, como o próprio Governo já anunciou, seja feita uma revisão ampla da situação dos municípios cujos prefeitos continuam sendo nomeados. Pessoalmente é favorável a esta proposta. O noticiário sobre a reformulação da oposição do Governo terá de ser esclarecido para que possa instruir a bancada na votação da proposta.

Sabe o líder do Governo que a concessão da autonomia de Santos por exigência do PTB provocará reações inclusive em parlamentares do PDS que poderão reclamar a autonomia de outros municípios. Ele está, também, preocupado em preservar a posição de sua bancada, que não pode ficar recebendo orientações diversas.

PRESSA

Além do aspecto político, o líder do Governo considera importante resolver essa questão

porque não quer ficar com a Ordem do Dia do Senado paralisada. Ele precisa rejeitar o projeto e, para isto, tem de colocar em plenário 34 de seus 46 senadores, ou aprová-lo para que seja encaminhado à Presidência da República. Não poderá manter a pauta paralisada.

Na Ordem do Dia, o sétimo e o oitavo itens são projetos instituindo o sistema distrital misto. Não há, porém, dificuldade para resolver a questão. Como o Governo encaminhou projeto à Câmara regulamentando o distrital, o líder do Governo acha que estas duas propostas têm condições de ser aprovadas pelo Senado.

Contesta o senador Aloysio Chaves que o recesso parlamentar brasileiro — quatro meses — seja muito longo. Pelo contrário. Em relação a outros países, o nosso recesso é dos menores, sendo essencial para que os parlamentares tomem conhecimento dos problemas de suas bases. Lembra que o recesso é da essência dos parlamentos, desde sua instituição.

Depois de afirmar que a proposta de emenda constitucional restabelecendo a eleição do Presidente da República, governadores e prefeitos não é uma questão em pauta, o líder do Governo enfatiza que não acredita em retrocesso político decorrente da crise econômico-social: "Estas crises existem e são superadas sem quebra da ordem constitucional".

31 JUL 1993